

A Escola Metódica e o Conhecimento Histórico Como Problema

Cristiano Alencar Arrais*

Toda concepção capaz de impedir que uma ciência seja apreendida impede também que ela se constitua.

Langlois & Seignobos, 1898, p. 184.

Apesar das divergências teóricas no interior da historiografia formada no esteio da tradição intelectual europeia colocada em evidência a partir dos anos de 1940, tornou-se lugar-comum a adoção incondicional às críticas produzidas à historiografia francesa do início daquele século. Sob o signo da negatividade, as contribuições daquela “escola crítica” ou “escola metódica” foram tomados, em linhas gerais, como exemplos de *como não se deve* exercer a prática historiadora. *Introdução aos Estudos Históricos* de 1898, um de seus corolários, tem como autores dois historiadores profissionais, cuja formação remontam às décadas de 1870 e 1880. Ch. V. Langlois era um medievalista, professor da Sorbonne, enquanto que Ch. Seignobos, o mais novo, era um modernista com afinada preocupação metodológica.

Juntamente com G. Monod, e sua “Revue historique”, fundada em 1876, Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos julgavam-se adeptos de uma “nova escola” historiográfica que procurava dar à disciplina o *status* de “ciência positiva”. Bourdieu & Martin (ANO: 114), enxergam em Leopold Von Rake a fonte do programa teórico-metodológico utilizado pela Escola Metódica. Seriam quatro os pressupostos rankeanos necessários para atingir a objetividade e conhecer a verdade da história – relatar apenas aquilo que realmente ocorreu, a dissociação entre sujeito e objeto do conhecimento com objetivo a constituição de uma visão imparcial dos acontecimentos, a idéia de que a história já existe e si mesma, cuja estrutura é diretamente acessível ao conhecimento do historiador, o historiador age dentro de uma relação passiva em relação ao fato histórico que pretende registrar, a tarefa do historiador consiste fundamentalmente na reunião de dados assentados em fontes seguras que revelaram a verdade sem necessidade de qualquer tipo de especulação filosófica. A geração que sucedeu aqueles historiadores identificou uma série de problemas naquela tradição. Collingwood (1946), apelidou aquele tipo de prática historiadora de “história de cola e tesoura”, porque, segundo sua opinião estava baseada na simples extração e combinação dos testemunhos de diversas fontes. Outra forma pouco prestigiosa de relatar o procedimento metodológico daqueles autores foi mencionada por H.-I. Marrou em 195(?) ao criticar a identificação entre documento e fato histórico⁵.

* Professor da UFG-Catalão. Doutorando em História pela UFMG.

⁵ Para Collingwood, os procedimentos da escola metódica resumiriam-se “primeiramente, em decidir o que é que pretendemos saber e, seguidamente, procurar informações a tal respeito, quer sejam orais ou escritas, passando por ser da autoria dos próprios intervenientes nos acontecimentos referidos, ou de testemunhas oculares dos mesmos, ou de pessoas que repetem o que os próprios actores ou as testemunhas oculares lhes disseram, ou disseram aos seus informadores, ou daqueles que informaram aos seus informadores, e assim por diante. Encontrando, em tal afirmação, algo de relevante para o seu objectivo, o historiador corta e incorpora, traduz – se necessário – remodela esse algo de relevante, dando-lhe um estilo adequado e incluindo-o na sua própria história”. Marrou assim descreve o método daqueles autores: “Folheemos o perfeito manual do erudito positivista, o nosso velho companheiro Langlois e Seignobos: a seus olhos, a história aparece como o conjunto dos ‘factos’ que se extraem dos documentos; ela existe latente, mas já real, nos documentos, mesmo antes de intervir o trabalho do historiador. (...) O historiador encontra os documentos e depois procede à sua *toilette*, (...) a pouco e pouco vai-se acumulando nas nossas fichas o puro frumento dos ‘factos’: o historiador só tem que as referir com exactidão e fidelidade, apagando-se por trás dos testemunhos reconhecidos como válidos. Cf. Collingwood, 1946, p. ; Marrou, 195?p. 47-48.

Ignorando as relações políticas e institucionais que determinaram a tensão entre estas duas gerações de historiadores e que, de minha parte, acredito explicar grande peso da visão negativa que ainda hoje se tem da “escola metódica” na historiografia, neste trabalho procuro analisar a obra “Introdução aos Estudos Históricos” a partir de um princípio que considero fundamental para a reflexão historiográfica: o partido adotado em relação ao problema da produção de conhecimento. Minha hipótese sugere que aquela obra reflete as ambigüidades e contradições próprias de um momento de constituição do método histórico e de sua institucionalização no campo das ciências humanas. Tais ambigüidades não estão relacionadas às “prudências vacilantes, as renúncias a qualquer forma de síntese, o culto laborioso mas intelectualmente preguiçoso do ‘facto’, e este gosto quase exclusivo pela história diplomática” de que acusa Febvre (1933: PG). São prudências vacilantes porque encontram-se num momento anterior ao processo de cristalização de um padrão epistemológico que encontrava-se numa encruzilhada: por um lado, a exigência de certificação, que equivaleria sua aproximação metodológica ao campo já constituído das ciências da natureza; por outro a consciência da natureza diversa do conhecimento histórico e a necessidade de formulação de uma teoria do conhecimento nova. Num momento em que as funções de magistério davam seus primeiros passos, a consciência da subjetividade estatutária que envolvia aquela relação com o passado era entendida como o centro de tal debate. São estas incertezas e as respostas propostas para suas soluções que procurarei mapear.

Qualquer consideração teorico-metodológica acerca do problema do conhecimento histórico deve procurar delimitar o estatuto dos elementos utilizados pelo historiador em sua reconstrução dos eventos passados. Neste sentido, a forma como é entendido o documento será considerada a porta de acesso aos fundamentos epistemológicos que orientam a obra de Langlois & Seignobos.

Entendido como um "ensaio sobre o método das ciências históricas", dedicado exclusivamente a estudantes e não a profissionais da área, *Introdução aos Estudos Históricos* preconiza, desde suas páginas iniciais uma opção pela reflexão sobre o método histórico, separando-o dos fundamentos filosóficos que o envolvem. Este afastamento não indica um posicionamento preconceituoso, mas uma escolha - fundamentada em sua concepção do que é o trabalho do historiador e em última análise, relacionada a um juízo acerca do que seja o conhecimento histórico.⁶ As proposições aventadas revelam certa estreiteza de sua concepção de teoria, identificando reflexão filosófica com filosofia especulativa. Essa identificação se explica no próprio contexto intelectual no qual os autores se inserem, caracterizado pelo ceticismo ante as relações entre filosofia e prática historiadora em função das tentativas de submissão da explicação histórica a fundamentos teleológicos. Daí a negação, ao mesmo tempo de uma história como ensinamento prático para a vida (*Historia magistra vitae*) e da crítica nietzschiana de uma história sem serventia para vida. “A história nos faz compreender o presente, explicando-nos onde for possível, as origens do atual estado de coisas”. (Langlois & Seignobos, 1946: 223).

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, ironicamente, os autores propõem-se desenvolver um tipo de reflexão que, lida com os olhos do presente, coloca na ordem do dia a filosofia como instrumento fundamental para a discussão sobre os problemas elementares dentro do campo da reflexão sobre a prática historiadora: a análise dos limites e possibilidades do

⁶ “com ou sem razão (sem razão, é indubitável), a Filosofia da História, por não ter sido cultivada apenas por homens bem informados, prudentes e de vigorosa e sadia inteligência, caiu em descrédito (...) Para os que dela desconfiam, como para os que a prezam e cultivam, aqui fica a advertência: dela não cuidaremos aqui. (...)O que nos propomos é examinar as condições e os processos do conhecimento histórico, bem como indicar-lhe o caráter e os limites. Como podemos chegar a saber, o que é possível e o que convém saber? Que é um documento? Como tratar os documentos, em função da obra histórica? Que são os fatos históricos?”. Cf.: Langlois & Seignobos, 1946: 06.

conhecimento histórico.

Neste caso, estaríamos diante de uma teoria da história. Mas uma teoria da história cuja preocupação fundamental concentra-se na elaboração dos princípios que regem a prática profissional e a diferem dos processos instintivos comuns a uma época em que a prática historiadora começa a ganhar sistematicidade e abandonar o campo da literatura. Daí a necessidade de uma reflexão sobre um método “positivo” – i.e. seguro: ela constitui uma preparação com o intuito de “resistir aos impulsos instintivos” que dominavam a prática erudita dos historiadores de meados do século XIX. Tais impulsos deveriam ser substituídos por um controle metódico e racional dos processos de aquisição de conhecimento. Estamos diante de uma consciente diferenciação entre objeto e método da história daqueles das outras ciências já constituídas⁷ e não de uma tentativa de apropriação acrítica.

Ao mesmo tempo, esta consciência não implica numa distinção radical entre os dois modelos de ciência, tal como proposto por Dilthey e toda a tradição hermeneuta que a ele se seguiu. Implica sim uma consciência do aspecto problemático do conhecimento histórico e um esforço de assimilação dos procedimentos metodológicos construído pelas outras ciências à disciplina história. Neste caso, em comparação com a ciência, “um conhecimento objetivo fundado na análise, na síntese e na comparação reais”, em história,

nada vemos de real, a não ser papel escrito e, algumas vezes, monumentos ou produtos fabricados. O historiador nenhum objeto tem para analisar realmente, nenhum objeto que possa destruir ou reconstruir. ‘A análise histórica’ não é mais que o ato de ver os fatos históricos; é um processo abstrato, uma operação puramente intelectual. A análise de um documento consiste em procurar mentalmente as informações nele contidas, para criticá-las uma por uma. (Langlois & Seignobos, 1946: 152).

Constituída a partir de uma massa heterogênea de materiais, de graus diferentes de generalidade e certeza, a história, “nascida de um gênero literário, continua a ser a menos metódica das ciências” (Langlois & Seignobos, 1946: 150). O que se coloca em pauta, portanto, é o problema da objetividade dentro das ciências históricas, o problema da constituição de um campo de saber cuja certificação não possa ser contestada mesmo em face da subjetividade intrínseca ao trabalho do historiador. Uma subjetividade que, ao contrário das acusações de seus críticos, não é tratada como sinônimo de incerteza, irrealidade ou erro⁸. A ênfase recai, pelo contrário, no entendimento do caráter veritativo do conhecimento histórico: por um lado, como reconstrução apropriada do real, necessita de uma reelaboração mental que toma por base os vestígios deixados pelo passado, por outro, é um discurso sobre o real, sobre o acontecido, sobre aquilo que não é mais (Ricoeur, 2000). A ênfase no viés comparativo, analógico e compreensivo do trabalho com os documentos poderiam

⁷ “Pela própria natureza de seus materiais, a história é imperiosamente subjetiva. Seria ilegítimo estendermos a estrutura de análise intelectual de impressões subjetivas as regras de análise real de objetos reais. A história deve, portanto, fugir à tentação de imitar o método das ciências biológicas. Os fatos históricos são tão diferentes dos das outras ciências que, para estudá-los, é indispensável um método diferente de todos os outros.” Cf.: Langlois & Seignobos, 1946: 152.

⁸ “É verdade que o historiador, trabalhando com documentos, não tem à sua disposição lembranças pessoais; mas pode – e é o que realmente ocorre – construir imagens pelo modelo de suas lembranças. Pode supor que os fatos desaparecidos (objetos, atos, motivos), observados outrora pelos autores dos documentos, são semelhantes aos fatos contemporâneos, a que ele próprio assistiu e cuja lembrança guardou. É o postulado de todas as ciências documentárias. Se a humanidade dos tempos remotos não fosse semelhante à humanidade atual, nada seria possível entender dos documentos. Partindo dessa semelhança, o historiador constrói uma imagem dos fatos históricos antigos, parecida com a lembrança dos fatos a que pessoalmente assistiu.” Cf. Langlois & Seignobos, 1946: 155.

ser tomados como indícios do caminho que Langlois & Seignobos pretendem tomar. Neste caso, a continuidade de um tal projeto poderia levá-los a uma hermenêutica essencialista (CONFERIR) àquilo que Gadamer chama de (...). Entretanto, tal caminho é contraditoriamente abortado em função do “wie es eigentlich gewesen” rankeano e da contraditória negação do princípio de identidade que une o passado ao presente: “Fatos que não vimos, descritos em termos que não nos permitem representá-los exatamente, eis os dados da história.” (Langlois & Seignobos, 1946: 155).

O controle da subjetividade inerente ao processo de conhecimento histórico – e que, por sinal, o alimenta – é feito através do desenvolvimento de um método crítico que o controla e torna-o capaz de incorporar a seu estatuto epistemológico a almejada objetividade: Para Prost (1994: 110-111), “o respeito ao método é precaução não somente contra o embelezamento e a credulidade, sempre ameaçadoras, mas também contra as implicações do historiador, coagido a recorrer à sua própria imaginação e de buscar no presente os elementos que lhe permitem re-presentar o passado”.

É justamente através da reflexão sobre o fato e o documento histórico que podemos compreender de forma mais clara o problema da objetividade do conhecimento histórico. Neste caso, o conceito de fonte desenvolvido por Langlois & Seignobos ultrapassa os limites de uma definição simplista muitas vezes a eles imputado:

Podem-se distinguir duas espécies de documentos. Algumas vezes o fato passado deixou um traço material (um monumento, um objeto fabricado). Outras vezes, o que é mais freqüente, o traço do fato é de ordem psicológica: é uma descrição ou uma relação escrita (Langlois & Seignobos, 1946: 45).

Pode-se identificar, a partir da separação entre documentos escritos e não escritos acima reconhecida uma ampliação conceitual muito maior que aquela admitida pela geração de *Annales* aos seus antigos mestres. Apesar de pouco concentrarem-se na problematização dos documentos não escritos, a incorporação de monumentos e da cultura material ao horizonte de fontes utilizadas pelos historiadores parece-me ser indício importante. Principalmente quando, na definição do documento histórico (agora escrito), é realçado seu caráter simbólico: “o traço psicológico, ao contrário, é puramente simbólico: não é o próprio fato; não é, sequer, a impressão imediata do fato no espírito da testemunha; é, exclusivamente, um sinal convencional da impressão, produzido pelo fato no espírito da testemunha” (Langlois & Seignobos, 1946: 46).

Assim, entendido como conhecimento adquirido através dos traços, o tipo de história concebida pelos autores vai além da alcunha de “história de tesoura e frasco de cola”. Levantando a bandeira da ênfase trabalho documental para a construção de um conhecimento seguro sobre o passado – característica essa que, a exceção de algumas tendências narrativistas radicais, não pode ser entendido como privilégio de uma única tendência. Além disso, a ênfase no trabalho documental e na crítica das fontes tornara-se a bandeira sob a qual a geração da virada do século XIX constituiu um campo autônomo para a história frente ao paradigma científico do período. Foi através dele que sua geração produziu uma verdadeira ruptura epistemológica com a geração anterior, marcada por sua demasiada literalidade. “O documento é aquilo que proporciona a diferença entre a verdadeira história, dos profissionais e aquela dos ensaístas, entre a ciência e a literatura” (Prost, 1994: 106).

O problema é saber até que ponto o documento é valorizado dentro da obra histórica. Um artigo de 1881, publicado por Seignobos após seu regresso da Alemanha pode esclarecer este ponto. Criticando os historiadores alemães por seu demasiado apego ao documento em detrimento do papel do historiador, o jovem professor escreve:

Uma coleção de informações sobre os documentos e seus autores não é uma ciência. Conhecer todos os textos e as precauções para (...) isto não é saber que se pretende tirar, isto não é, nem mesmo, saber ainda aquilo que está errado e tornar a pesquisar. Veja-se, portanto, a que se limitam os estudos nos seminários

alemães. Das três operações necessárias à história, eles negligenciam a mais importante; eles não pretendem, portanto, formar mais que meios historiadores (Seignobos, 1881 citado por Prost, 1994).

Assim, apesar do peso dado ao documento na construção da obra histórica – fato inegável quando analisada Introdução aos Estudos Históricos em toda sua extensão – o mesmo é entendido não como um fim para o conhecimento histórico, mas como um meio indispensável para a história: ela não estaria “pronta nos documentos”, o par documento/passado não faz parte da concepção histórica que a obra pretende ensinar. Além disso, ao enfatizar a impossibilidade de acessar os acontecimentos do passado *diretamente*⁹, é admitida a intervenção do historiador na construção do fato histórico. E este trabalho não se limita à crítica, mas àquele trabalho de imaginação¹⁰ procedente da analogia com as experiências do presente.

Procurando entender os documentos históricos em sua múltipla dimensão¹¹, Langlois & Seignobos reconhecem, além disso, a o caráter problemático do fato histórico, decorrente de sua natureza e de seu grau de generalidade. Seja relacionado a um povo ou uma instituição com séculos de duração, até os eventos mais fugidios, como a palavra ou o gesto de um único homem. Seja considerado por aquilo que tem de único, como ocorrência num momento e lugar específico ou considerado dentro da longa duração, inseridos no interior de uma rede de hábitos, instituições e costumes que o tornam exemplares.

É preciso admitir, portanto, que jargões como “O culto preguiçoso do facto”, “[a história] existe latente, mas já real, nos documentos, mesmo antes de intervir o trabalho do historiador” aproximam-se muito mais um tipo de retórica utilizada na luta simbólica pela autoridade, pela legitimação de um grupo, do que abordagem analítica e propositiva sobre o conhecimento histórico. Os pontos de tensão, as contradições, as reticências e soluções dadas pela obra de Langlois & Seignobos aos problemas da história como disciplina acadêmica são, nesse sentido, mais profundos que seus críticos procuraram ou desejaram admitir. Menos que uma revolução e mais que um manual ultrapassado, *Introdução aos Estudos Históricos* deve ser lido com um olhar mais compreensivo que aquele legado pela geração que lhe sucedeu, vítima da cegueira histórica típica dos parricídios intelectuais.

Bibliografia

- COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
FEBVRE, L. *Combates pela história*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença,
GADAMER, H-G. *Verdade e método*. São Paulo:
LANGLOIS, Ch. V. SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença,

⁹ “Os fatos não podem ser empiricamente conhecidos senão de dois modos: ou diretamente, quando observados no momento em que se produzem, ou indiretamente, quando estudados nos traços que deixaram (...) Ora, a característica dos ‘factos históricos’ é só serem conhecidos indiretamente, através dos traços. O conhecimento histórico é, por essência, um conhecimento indireto. O método da ciência histórica deve, pois, diferir radicalmente do das ciências diretas (...) A ciência histórica não é, de modo nenhum, embora haja quem assim afirme, uma ciência de observação.” Cf. Langlois & Seignobos, 1946: 44-45.

¹⁰ “Fatos materiais, atos humanos individuais, e coletivos, fatos psíquicos, eis todos os objetos do conhecimento histórico; não se observam diretamente; são, todos, imaginados. Os historiadores – quase todos sem disso terem consciência e acreditando que observam realidades – operam sempre e apenas sobre imagens”. Cf. Langlois & Seignobos, 1946: 154.

¹¹ “De um mesmo documento extraímos fatos de linguagem (escrita e falada), de estilo, de doutrina, de costumes, de acontecimentos. A inscrição de Mesha nos revela fatos da língua moabita, a crença no deus Kamos, as práticas de seu culto, episódios da guerra dos Moabitas contra Israel. Todos estes fatos estão mesclados, sem se distinguirem sequer pela sua natureza.” Cf. Langlois & Seignobos, 1946:149.

1946.

MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. Lisboa, Portugal: Áster, 1974.

PROST, A. “Seignobos revisité”. In.:1994.

RICOEUR, P. *Memóire, histoire, L'oubli*. Paris, França: Seuil, 2000.